



# DIÁRIO OFICIAL

## PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA

João Pessoa, 17 de dezembro de 2025 \* nº 0919 (SUPLEMENTO) \* Pág. 001/010



CENTRO HISTÓRICO

### ATOS DO PREFEITO

#### MENSAGEM Nº 184/2025

João Pessoa-PB, 16 de dezembro de 2025.

Ao  
Excelentíssimo Senhor  
Vereador **VALDIR JOSÉ DOWSLEY**  
Presidente da Câmara Municipal de João Pessoa  
N e s t a

Senhor Presidente,

Tenho a honra de submeter, por intermédio de Vossa Excelência e com fundamento no artigo 35, § 2º, da Lei Orgânica do Município, combinado com o artigo 60, inciso IV, da mesma Lei, a presente Mensagem de **Veto Total** ao **Projeto de Lei nº 93/2025 (Autógrafo nº 3912/2025)**, de autoria do vereador Marcos Henriques, que *institui norma para inclusão de itens básicos de segurança em banheiros, destinados à proteção de pessoas idosas em unidades habitacionais a serem construídas no Município de João Pessoa e dá outras providências*.

#### RAZÕES DO VETO.

Para que se proceda uma abalizada análise acerca dos elementos que validam a espécie normativa em questão, cumpre apreciar a questão sob dupla óptica de controle de constitucionalidade e de legalidade: formal e material. A formal estaria diretamente vinculada às questões referentes à competência, iniciativa e instrumento normativo adequado, enquanto que a material estaria adstrita ao conteúdo substancial tratado na norma.

##### a) Da análise formal - competência legislativa:

Reza a Constituição Federal:

#### Art. 30. Compete aos Municípios:

- I - legislar sobre assuntos de interesse local;
- II - suplementar a legislação federal e a estadual no que couber;
- III - instituir e arrecadar os tributos de sua competência, bem como aplicar suas rendas, sem prejuízo da obrigatoriedade de prestar contas e publicar balancetes nos prazos fixados em lei;
- IV - criar, organizar e suprimir distritos, observada a legislação estadual;
- V - organizar e prestar, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, os serviços públicos de interesse local, incluído o de transporte coletivo, que tem caráter essencial;
- VI - manter, com a cooperação técnica e financeira da União e do Estado, programas de educação infantil e de ensino fundamental;
- VII - prestar, com a cooperação técnica e financeira da União e do Estado, serviços de atendimento à saúde da população;
- VIII - promover, no que couber, adequado ordenamento territorial, mediante planejamento e controle do uso, do parcelamento e da ocupação do solo urbano;
- IX - promover a proteção do patrimônio histórico-cultural local, observada a legislação e a ação fiscalizadora federal e estadual.

#### (Destacamos)

Ao que se constata, já de início, verifica-se que a norma em questão trata de assuntos da competência dos Municípios, a teor do inciso I do comando de lei acima transcrito.

Portanto, adequada a norma neste sentir.

Sendo nítida a competência do ente público, cabe verificar a dinâmica da iniciativa legal.

##### b) Da análise formal – iniciativa normativa:

Acerca da análise sobre a iniciativa, vale recorrer à Lei Orgânica do Município de João Pessoa-PB, que dispõe:

**Art. 29 A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer Vereador ou Comissão da Câmara, ao Prefeito Municipal e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Lei Orgânica. Art. 30 Compete privativamente ao Prefeito Municipal a iniciativa das leis que versem sobre:**

- I - regime jurídico dos servidores;
- II - criação de cargos, empregos ou funções na Administração direta e autárquica do Município, ou aumento de sua remuneração;
- III - orçamento anual, diretrizes orçamentárias e plano plurianual;
- IV - criação, estruturação e atribuições dos órgãos da Administração direta do município.

**Art. 31 A iniciativa popular será exercida pela apresentação de Projeto de lei à Câmara Municipal, do interesse específico do Município, distrito ou bairros, através da manifestação de, pelo menos, 0,5% (zero vírgula cinco por cento) do eleitorado respectivo.**

A iniciativa legislativa é pressuposto essencial para a validade do processo legislativo. A Constituição Federal, em seu Art. 61, §1º, e a Lei Orgânica do Município (LOM) replicam, em geral, as competências privativas para a propositura de certas matérias.

O Autógrafo em questão propõe a alteração de regras na construção civil no Município de João Pessoa, impondo requisitos técnicos para a aprovação de projetos de unidades habitacionais e para a concessão do "habite-se". Tal matéria é típica e exclusiva de Código de Obras ou de Edificações, conforme podemos observar no teor do 32 da Lei Orgânica, abaixo transcrito.

**Art. 32. São objeto de lei complementar as seguintes matérias:**

(...)

**II - Código de Obras ou de Edificações;**

Ocorre que a Lei Orgânica do Município (LOM) é taxativa ao estabelecer que a matéria objeto do presente PLO exige regramento por meio de Lei Complementar.

A distinção entre Lei Ordinária e Lei Complementar é fundamental no nosso sistema jurídico, havendo diferença inclusive no quórum de aprovação (maioria simples para ordinária e maioria absoluta para complementar, conforme art. 69 da CF/88).

2

O PLO nº 93/2025 tramitou e foi aprovado como Lei Ordinária, tratando de matéria reservada constitucionalmente (em âmbito municipal) à Lei Complementar. Ao criar requisitos construtivos obrigatórios para a emissão de habite-se, a norma funciona como um adendo ou modificação transversa do Código de Obras.

Portanto, há nítida inconstitucionalidade formal, decorrente da escolha inadequada da espécie normativa. O desrespeito ao Art. 32, II, da Lei Orgânica do Município configura vício insanável, uma vez que o processo legislativo não observou o rigor formal e o quórum qualificado exigidos para a matéria.

Mesmo projetos de lei que, prima facie, buscam proteger grupos vulneráveis, como os idosos, e que são inegavelmente louváveis em sua perspectiva social, não podem desrespeitar as regras de processo legislativo. Assim, resta claro que o vício apontado macula o projeto.

##### c) Da análise material:

Por zelo ao debate, subsidiariamente, mesmo que restasse superado o vício apontado acima, o conteúdo do projeto merece outras ponderações. A análise do conteúdo da norma (aspecto material) revela afronta a princípios basilares do ordenamento jurídico, especificamente a razoabilidade, a proporcionalidade e a segurança jurídica.

O princípio da proporcionalidade, em sua vertente de "adequação", exige que a medida adotada seja apta a alcançar o fim pretendido sem impor ônus excessivos. A proposta obriga a instalação de barras de segurança e pisos especiais em todas as unidades habitacionais a serem construídas, independentemente de quem nelas residirá.

Embora a intenção de proteger a pessoa idosa seja louvável, a norma impõe um custo e uma alteração estética e funcional a 100% das novas construções residenciais, presumindo que em todas elas haverá idosos com mobilidade reduzida. Isso fere o Princípio da Razoabilidade. O meio escolhido (obrigar todos) é desproporcional ao fim (proteger os idosos que eventualmente residam no local).

A legislação já prevê normas de acessibilidade (como a NBR 9050 e o Estatuto da Pessoa com Deficiência) que exigem adaptabilidade, ou seja, que o imóvel permita a instalação futura, mas não necessariamente que venha equipado com itens de uso hospitalar ou geriátrico quando o comprador ou morador não necessita deles.

A redação do projeto é vaga e imprecisa, gerando grave insegurança jurídica. O termo "unidades habitacionais a serem construídas" não especifica se a regra se aplica a casas populares construídas pelo Poder Público, a empreendimentos imobiliários privados (prédios de luxo, condomínios) ou a casas unifamiliares construídas por particulares.

Ao atrelar a concessão do "habite-se" (Art. 2º) a essa exigência genérica, o projeto cria um entrave burocrático e uma obrigação que pode não ser compatível

3

com diversos projetos arquitetônicos, sem critérios técnicos definidos (quais especificações das barras? qual o coeficiente de atrito do piso?).

Normas que restringem o direito de propriedade e a liberdade de construir devem ser claras, precisas e inseridas harmonicamente no arcabouço técnico existente (Código de Obras), sob pena de tornar a atividade de fiscalização e construção caótica.

Ultrapassadas as considerações pertinentes, passaremos a conclusão.

Diante do exposto, e considerando a análise jurídico-constitucional realizada, verifica-se a existência de vício de inconstitucionalidade formal por violação direta ao Art. 32, inciso II, da Lei Orgânica do Município, que exige Lei Complementar para tratar de matéria afeta ao Código de Obras e Edificações, tendo a proposta tramitado indevidamente como Lei Ordinária.

Além disso, resta configurada também a inconstitucionalidade material, por violação aos princípios da Razoabilidade, Proporcionalidade e Segurança Jurídica, ao impor obrigações construtivas genéricas e excessivas, sem a devida adequação técnica.

Ante os argumentos acima, entendo que o texto veiculado pelo **Projeto de Lei Ordinária nº 93/2025 (Autógrafo nº 3912/2025)**, padece de vícios de inconstitucionalidade, razão pela qual decido pelo **veto total**, nos termos do art. 35 da LOMJP.

Oportunamente, restituo o processo legislativo a esse Egrégio Poder para reexame e deliberação de Vossas Excelências.

**CÍCERO DE LUCENA FILHO**  
Prefeito do Município de João Pessoa

4

Assinado por 1 pessoa: CÍCERO DE LUCENA FILHO  
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://joaopessoa.1doc.com.br/verificacao/BE08-EE08-53AE-0DF5>



Assinado por 1 pessoa: CÍCERO DE LUCENA FILHO  
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://joaopessoa.1doc.com.br/verificacao/BE08-EE08-53AE-0DF5>



Assinado por 1 pessoa: CÍCERO DE LUCENA FILHO  
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://joaopessoa.1doc.com.br/verificacao/BE08-EE08-53AE-0DF5>



Assinado por 1 pessoa: CÍCERO DE LUCENA FILHO  
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://joaopessoa.1doc.com.br/verificacao/BE08-EE08-53AE-0DF5>



MENSAGEM Nº 185/2025  
João Pessoa, 16 de dezembro de 2025.

Ao  
Excelentíssimo Senhor  
**VALDIR JOSÉ DOWSLEY**  
Presidente da Câmara Municipal de João Pessoa  
**N e s t a**

Senhor Presidente,

Tenho a honra de submeter, por intermédio de Vossa Excelência e com fundamento no artigo 35, § 2º, da Lei Orgânica do Município, combinado com o artigo 60, inciso IV, da mesma Lei, a presente **Mensagem de Veto Total** ao Projeto de Lei Ordinária nº 147/2025 (Autógrafo nº 3913/2025), de autoria da vereadora **Jailma Carvalho**, que “**denomina de cozinha comunitária Elenice Pinho da Silva, ‘Dona Nil’ localizada na Rua Francisco José Das Neves no Bairro Alto do Mateus e adota outras providências**”.

**RAZÕES DO VETO.**

O Projeto de Lei sob exame tem por finalidade denominar bem público localizado na Rua Francisco José Das Neves no Bairro Alto do Mateus, de **cozinha comunitária Elenice Pinho da Silva, ‘Dona Nil’**.

Inicialmente, quanto à constitucionalidade em seu aspecto formal, cumpre analisar os aspectos relativos à iniciativa e à competência do presente projeto que versa sobre a denominação de próprio público local.

A respeito da competência, a Constituição federal, no art. 30, I estabelece:

Art. 30. Compete aos Municípios:  
I - legislar sobre assuntos de interesse local;

Portanto, sendo inegável o interesse local na matéria, devida a competência do município de João Pessoa.

Quanto à iniciativa do processo legislativo, também não há qualquer ilegalidade ou inconstitucionalidade, vez que não se trata de tema reservado exclusivamente ao Poder Executivo pelo artigo 30 da Lei Orgânica deste município:

Artigo 30 - Compete privativamente ao Prefeito Municipal a iniciativa das leis que versem sobre:  
I - regime jurídico dos servidores;  
II - criação de cargos, empregos ou funções na Administração direta e autárquica do Município, ou aumento de sua remuneração;  
III - orçamento anual, diretrizes orçamentárias e plano plurianual;  
IV - criação, estruturação e atribuições dos órgãos da Administração direta do Município.

A matéria no âmbito municipal encontra-se regulamentada pela Lei nº 12.302/2012, alterada pela Lei nº 12.626/2013, que disciplina a denominação de ruas, prédios, espaços públicos e demais logradouros no Município de João Pessoa.

Assim, o Projeto de Lei sob análise não deve fugir das exigências da Lei nº 12.302/2012, alterada pela Lei nº 12.626/2013. Nesse sentido, importa destacar que o art. 2º da mencionada lei:

Art. 2. Para os fins de aplicação desta Lei, somente deverão ser escolhidos para denominar os próprios públicos nomes que representem:  
I - homenagem às civilizações antigas que tenham deixado marca de relevo na história da humanidade;  
II - homenagem às civilizações indígenas nativas da Paraíba;  
III - datas de eventos históricos nacionais; e  
IV - homenagem a personalidades de importância histórica e de destaque intelectual, científico, esportivo, empresarial e/ou sindical.  
§ 1º Nas homenagens referidas no inciso III, deste artigo, deverão ser observados os registros estaduais e próprios da capital.

§ 2º É obrigatória, na nomeação de um próprio público, que o nome escolhido tenha relação direta com o fim a que se destina o bem a ser nominado.  
§ 3º As proposições de nomes de pessoas deverão vir acompanhadas do respectivo **Curriculum Vitae**. Os demais nomes, tais como datas, fatos históricos ou acontecimentos ensejará a necessidade da apresentação de um histórico justificando a indicação.

Registre-se, como visto, que os nomes devem ter relação direta com o fim a que se destina o bem a ser denominado, **devendo, inclusive, ser encaminhado um Curriculum Vitae do homenageado, inexistente na presente situação.**

Dessa maneira, na análise da conformidade legal do referido Projeto de Lei, os requisitos supracitados da Lei nº 12.302/2012, alterada pela Lei nº 12.626/2013, **não se encontram satisfeitos.**

Assim, independentemente do mérito, sem negar qualquer importância à homenagem, há um óbice formal importantíssimo a ser seguido, a impedir, por consequência, a sanção.

Dessa forma, diante de todo o exposto, comunico o **VETO TOTAL** ao **Projeto de Lei nº 147/2025 (Autógrafo nº 3913/2025)**, por não atendimento ao artigo 2º da Lei nº 12.302/2012 (alterada pela Lei nº 12.626/2013), nos termos do art. 35, § 2º, da LOMJP¹.

Oportunamente, restituo o processo legislativo a esse Egrégio Poder para reexame e deliberação de Vossas Excelências.

**CÍCERO DE LUCENA FILHO**  
**Prefeito do Município de João Pessoa**

MENSAGEM Nº 186/2025  
João Pessoa-PB, 16 de dezembro de 2025.

Ao  
Excelentíssimo Senhor  
Vereador **VALDIR JOSÉ DOWSLEY**  
Presidente da Câmara Municipal de João Pessoa  
**N e s t a**

Senhor Presidente,

Tenho a honra de submeter, por intermédio de Vossa Excelência e com fundamento no artigo 35, § 2º, da Lei Orgânica do Município, combinado com o artigo 60, inciso IV, da mesma Lei, a presente Mensagem de **Veto Total** ao **Projeto de Lei nº 246/2025 (Autógrafo nº 3918/2025)**, de autoria do vereador Fábio Lopes, que **dispõe sobre a realização de “Intervalo Bíblico” nas instituições de ensino do Município de João Pessoa e dá outras providências.**

**RAZÕES DO VETO.**

O projeto tem por objetivo autorizar a realização voluntária do chamado “Intervalo Bíblico” nas instituições de ensino públicas e privadas do Município de João Pessoa, permitindo que estudantes que assim desejarem utilizem um momento de pausa escolar para reflexão, leitura das Escrituras Sagradas, oração e compartilhamento de experiências religiosas, assegurando-se a liberdade de consciência e de crença durante essa prática.

Quanto à constitucionalidade em seu aspecto formal, cumpre analisar os elementos relativos à iniciativa e à competência do presente projeto.

A respeito da competência: o assunto em tela é de interesse local estando abarcado pela definição de competência legislativa municipal nos termos do art. 30 da Constituição Federal.

Todavia, no caso em no que diz respeito à iniciativa do processo legislativo, há vício formal. O projeto de lei apresentado determina em seus artigos atribuições do Poder Executivo Municipal. Por isso mesmo, há ofensa ao artigo 30 da Lei Orgânica deste município, especificamente em inciso IV:

Assinado por 1 pessoa: CÍCERO DE LUCENA FILHO  
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://joaopessoa.1doc.com.br/verificacao/BED08-EEEB-53AE-QDF5 e informe o código BED08-EEEB-53AE-QDF5



Assinado por 1 pessoa: CÍCERO DE LUCENA FILHO  
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://joaopessoa.1doc.com.br/verificacao/BED08-EEEB-53AE-QDF5 e informe o código BED08-EEEB-53AE-QDF5



Estado da Paraíba  
**Prefeitura Municipal de João Pessoa**

Prefeito: **Cícero de Lucena Filho**  
Vice-Prefeito: **Leopoldo Araújo Bezerra Cavalcanti**  
Sec. de Gestão Governamental: **Rougger Xavier Guerra Júnior**  
Secretaria de Administração: **Ariossvaldo de Andrade Alves**  
Secretaria de Saúde: **Luis Ferreira de Sousa Filho**  
Secretaria de Educação: **Maria América Assis de Castro**  
Secretaria de Planejamento: **Ayrton Lins Falcão Filho**  
Secretaria de Finanças: **Brunno Sitonio Fialho de Oliveira**  
Secretaria de Desenv. Social: **Norma Wanderley da Nóbrega Gouveia**  
Secretaria de Habitação: **Maria Socorro Gadelha**  
Secretaria de Comunicação: **Janildo Jerônimo da Silva**  
Controlad. Geral do Município: **Diego Fabricio Cavalcanti de Albuquerque**  
Sec. de Direitos Humanos: **Marcio Diego Fernandes Tavares de Albuquerque**  
Procuradoria Geral do Município: **Bruno Augusto Albuquerque da Nobrega**  
Sec. de Proteção e Defesa do Consumidor: **Jair de Queiroz Pires Júnior**  
Sec. Munic. de Serv. Urbanos e Zeladoria:  
Secretaria de Cuidado e Proteção Animal:

Sec. Mun. Preserv. Revital. e Inov. do Centro Histórico: **Tiago N. de Lucena**  
Secretaria da Receita: **Sebastião Feitosa Alves**  
Secretaria da Infra Estrutura: **Rubens Falcão da Silva Neto**  
Sec. de Desenvolvimento Econômico do Trabalho: **Bruno Farias de Paiva**  
Sec. Juventude, Esporte e Recreação: **José Freire Costa**  
Secretaria de Turismo: **Vitor Hugo Peixoto Castellano**  
Sec. de Políticas Públicas das Mulheres:  
Sec. de Desenvolvimento Urbano: **Marmuth de Souza Cavalcanti**  
Sec. da Ciência e Tecnologia: **Guido Lemos de Souza Filho**  
Secretaria de Meio Ambiente: **Welison Araújo Silveira**  
Sec. de Segurança Urbana e Cidadania:  
Secretaria da Defesa Civil: **Kelson de Assis Chaves**  
Suprertend. de Mobilidade Urbana: **Marcilio Pedro Siqueira Pereira**  
Autarqu. Esp. Munic. de Limp. Urbana: **Ricardo Jose Veloso**  
Instituto de Previdência do Munic.: **Caroline Ferreira Agra**  
Fundação Cultural de João Pessoa: **Antônio Marcus Alves de Souza**

**DIÁRIO OFICIAL**

Agente de Registros e Publicações - **Orleide Maria de O. Leão**  
Designer Gráfico - **Emilson Diniz e Fábio Evangelista**

Unidade de Atos Oficiais - Secretaria de Gestão Governamental  
Praça Pedro Américo, 70 - Cep: 58.010-340  
Pabx: 83 3218.9765 - Fax 83 3218.9766  
diariopmjp@gmail.com

Órgão Oficial da Prefeitura Municipal de João Pessoa  
Criado pela Lei Municipal nº 14.457, de 22 de março de 2022  
Centro Administrativo Municipal  
Rua Diógenes Chianca, 1777 - Água Fria - Cep: 58.053-900  
Fone: 3128.9038 - e-mail: sead@joaopessoa.pb.gov.br



Art. 30 Compete privativamente ao Prefeito Municipal a iniciativa das leis que versem sobre:

- I - regime jurídico dos servidores;
- II - criação de cargos, empregos ou funções na Administração direta e autárquica do Município, ou aumento de sua remuneração;
- III - orçamento anual, diretrizes orçamentárias e plano plurianual;
- IV - criação, estruturação e atribuições dos órgãos da Administração direta do Município.

1

Esta violação pode ser observada em trechos do PLO em análise:

*Art. 1º Fica autorizada a iniciativa voluntária de estudantes para realização do “Intervalo Bíblico” em instituições públicas e privadas de ensino no Município de João Pessoa.*

*Art. 3º O “Intervalo Bíblico” será realizado em horários previamente acordados com a administração da instituição de ensino, como nos intervalos regulares ou outro momento em que não prejudique o andamento das atividades escolares e acadêmicas.*

*Art. 4º Será garantida a liberdade de expressão e manifestação religiosa durante o “Intervalo Bíblico”, assegurando-se o direito de os estudantes realizarem reuniões, sem qualquer tipo de censura prévia ou interferência indevida por parte da administração escolar.*

*Art. 5º As instituições de ensino que desejarem participar do fomento à cultura da paz e da liberdade religiosa por meio do “Intervalo Bíblico” poderão celebrar parcerias com entidades religiosas e civis para execução da atividade.*

Os dispositivos do projeto em análise impõem obrigações diretas ao Poder Executivo Municipal, ao disciplinarem atividades específicas no ambiente escolar, interferindo na organização pedagógica das unidades de ensino, na definição de horários, na condução das rotinas internas e na articulação institucional com entidades externas. Trata-se de comando normativo que ultrapassa o caráter meramente orientativo ou declaratório, impondo atuação concreta, continuada e organizada à Administração Pública, em afronta à reserva de iniciativa prevista no art. 30, IV, da Lei Orgânica do Município de João Pessoa.

Tais medidas demandam mobilização de estrutura administrativa, pessoal e recursos financeiros, configurando imposição direta de deveres ao Executivo. A implementação das ações previstas pressupõe planejamento governamental, adequação das rotinas escolares, orientação de profissionais, articulação permanente com entidades religiosas e civis, além de previsão orçamentária própria para sua execução. Por sua natureza, essas atribuições inserem-se no âmbito de competência privativa do Prefeito Municipal.

Inobstante o texto autorize a iniciativa voluntária para os estudantes, na outra ponta cria uma obrigação ativa às escolas públicas e privadas de viabilizar os encontros.

A previsão dessas obrigações por meio de projeto de lei de iniciativa parlamentar caracteriza afronta ao princípio da separação dos Poderes e à reserva constitucional de iniciativa, uma vez que compete exclusivamente ao Chefe do Poder Executivo propor leis que disponham sobre a organização e funcionamento da Administração Pública, sobretudo quando há imposição de condutas administrativas, criação de obrigações e impactos estruturais. Ademais, a ausência de indicação de fonte de custeio ou de compatibilização com o planejamento orçamentário afronta a Lei de Responsabilidade Fiscal e a Lei Orgânica do Município.

Desse modo, ainda que a proposta apresente finalidade meritória ao tutelar a liberdade de crença e consciência, constata-se que o projeto padece de vício formal insanável. Ao impor obrigações administrativas sem observância da iniciativa privativa do Prefeito e sem previsão orçamentária adequada, o texto incorre em inconstitucionalidade formal e material, inviabilizando sua sanção e promulgação.

2

Não obstante a boa intenção do legislador, o projeto interfere diretamente na organização e funcionamento da Administração Pública, exigindo atuação permanente, ajustes estruturais e dispêndio financeiro não previsto. Importa ressaltar que não se discute o mérito da proposição, mas sim a necessidade de respeito às normas que regem o processo legislativo, cuja observância constitui condição indispensável para a validade dos atos normativos.

Por conseguinte, trata-se de matéria cuja iniciativa é privativa do Chefe do Poder Executivo, nos termos do art. 30, IV, da Lei Orgânica do Município de João Pessoa.

Tal entendimento encontra respaldo no art. 61, § 1º, II, “b”, da Constituição Federal e na jurisprudência consolidada do Supremo Tribunal Federal, que veda a iniciativa parlamentar em proposições que criem atribuições administrativas, estrutura organizacional ou despesas ao Poder Executivo. No âmbito desta Procuradoria-Geral do Município, prevalece de forma uniforme esse entendimento, em respeito ao princípio da separação dos Poderes e à autonomia administrativa do Executivo.

No âmbito do Poder Executivo do Município de João Pessoa, tem sido adotada a posição restritiva, com escora nos pronunciamentos da Procuradoria Geral do Município, lastreados, por sua vez, em recente posição do STF. Veja-se:

Decisão Trata-se de Recurso Extraordinário interposto em face de acórdão proferido pelo Órgão Especial do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro. Na origem, o Prefeito do Município do Rio de Janeiro ajuizou ação direta de inconstitucionalidade contra a Câmara Municipal do Rio de Janeiro cujo objeto é a Lei Municipal 5.726, de 31 de março de 2014, que institui o sistema de acessibilidade nas praias da orla do Município do Rio de Janeiro denominado praia para todos, e da outras providências. Em síntese, alegou que a referida lei violou os artigos 7º; 112, § 1º, II, d; 113, I; 145, VI, a; e 210, § 3º, II, da Constituição do Estado do Rio de Janeiro, ao dispor sobre matéria de iniciativa privativa do Chefe do Poder Executivo, definindo sobre atribuições de órgãos administrativos, incidindo sobre a gestão de bens e serviços públicos, além de gerar obrigações para a Administração sem a necessária indicação da fonte de custeio, afetando, assim, o planejamento orçamentário. (...) Sustenta o Representante a inconstitucionalidade da Lei Municipal, pois cria obrigações para o Poder Executivo e dispõe sobre a administração de bens públicos de uso comum, usurpando competência do Chefe do Poder Executivo Municipal, sem fonte de custeio, em violação aos artigos 7º, 112, parágrafo 1º, inciso II, alínea d, 113, inciso I, 145, inciso VI, alínea a e 210, parágrafo 3º, inciso II da Constituição do Estado. Projeto de Lei de iniciativa parlamentar. Violação à reserva de iniciativa do Chefe do Executivo em matéria sujeita à reserva da organização da Administração Pública, e consequente afronta ao princípio da separação dos poderes. Inconstitucionalidade formal. Eficácia ex tunc. (...) A inconstitucionalidade da Lei Municipal nº 5726, de 31 de março de 2014, do Município do Rio de Janeiro, **evidencia-se no caso, por vício formal**

decorrente de iniciativa parlamentar, em contrariedade às normas constitucionais aplicáveis à espécie. Os artigos 112, parágrafo 1º, inciso II, letra d e 145, incisos III e VI da Constituição Estadual, elencam matérias reservadas à iniciativa legislativa do Chefe do Poder Executivo, garantindo-lhe exclusividade para a disciplina das matérias. Os Estados e os Municípios devem observar, obrigatoriamente, no processo legislativo, no tocante à iniciativa legislativa privativa, as regras estabelecidas na Constituição Federal, sob pena de violação aos princípios constitucionais da separação e independência dos poderes, previstos no artigo 2º da Carta Magna e no artigo 7º da Carta Estadual. A lei de iniciativa parlamentar

3

municipal que institui o Sistema de Acessibilidade nas praias da orla do Município do Rio de Janeiro viola o artigo 61, parágrafo 1º, inciso II, alínea b, da Constituição Federal e o artigo 145, incisos III e VI, alínea a da Constituição Estadual, que dispõe que: Art. 145 Compete privativamente ao Governador do Estado: III - iniciar o processo legislativo, na forma e nos casos previstos nesta Constituição; VI - dispor, mediante decreto, sobre: a) organização e funcionamento da administração estadual, que não implicar aumento de despesa nem criação ou extinção de órgãos públicos; A lei municipal impugnada dispõe sobre a organização administrativa municipal, relacionada com bens públicos de uso comum acessibilidade às praias municipais comportando, portanto, matéria da competência privativa do Chefe do Poder Executivo Municipal, não sendo possível a criação de obrigações ao atuar do Poder Executivo, pelo Poder Legislativo. (...)

(STF - RE: 1221918 RJ - RIO DE JANEIRO, Relator: Min. ALEXANDRE DE MORAES, Data de Julgamento: 08/08/2019, Data de Publicação: DJe-180 19/08/2019)

Sendo assim, ainda que o projeto analisado revele tema de extrema sensibilidade, o processo legislativo constitucional deve ser rigidamente respeitado.

No que tange às escolas privadas, a LDB (Lei 9.394/96) prevê a autonomia das instituições escolares, especialmente quanto a seu projeto político-pedagógico (arts. 12 e 13).

O PL, ao impor o dever de viabilizar os encontros, impõe ajustes regimentais e permitir intervenções externas, interfere na gestão escolar, criando obrigação não prevista na legislação federal.

Para alunos da rede privada, os ensinamentos bíblicos estão facilmente à disposição dos pais, bastando escolher instituições que tenham essa inclinação religiosa - e temos várias instituições na capital paraibana.

É importante registrar que o Brasil é um país majoritariamente cristão e, para além da fé e da salvação espiritual, a religião exerce função ético-moral fundamental na nossa sociedade. Contudo, a confluência religião-escola tem limites no estado laico e no nosso sistema de ensino. Não se trata de posicionar o Estado conforme a religião da maioria, mas seguir os limites impostos pelo ordenamento jurídico, sabendo que o ensino bíblico é fundamental, contudo é mais adequado que seja fomentado pelas igrejas, pelas famílias e pelas escolas cuja proposta pedagógica tenha esse belo viés.

Ante os argumentos, entendo que o texto veiculado pelo (Autógrafo nº 3918/2025 - PLO 246/2025) padece de vício de iniciativa. Sendo assim, **decido pelo veto total** do mesmo, com fulcro nos art. 35, § 2º da Lei Orgânica do Município de João Pessoa.

Oportunamente, restituo o processo legislativo a esse Egrégio Poder para reexame e deliberação de Vossas Excelências.

CÍCERO DE LUCENA FILHO  
Prefeito do Município de João Pessoa

MENSAGEM Nº 187/2025  
João Pessoa-PB, 16 de dezembro de 2025.

Ao  
Excelentíssimo Senhor  
Vereador VALDIR JOSÉ DOWSLEY  
Presidente da Câmara Municipal de João Pessoa  
Nesta

Senhor Presidente,

Tenho a honra de submeter, por intermédio de Vossa Excelência e com fundamento no artigo 35, § 2º, da Lei Orgânica do Município, combinado com o artigo 60, inciso IV, da mesma Lei, a presente Mensagem de **Veto Total ao Projeto de Lei nº 287/2025 (Autógrafo nº 3919/2025)**, de autoria do vereador Fábio Carneiro, que **dispõe sobre a inclusão de conteúdos relacionados ao código de posturas do Município de João Pessoa no currículo das escolas da rede municipal de ensino e dá outras providências**.

RAZÕES DO VETO.

A matéria tratada cria obrigações específicas e programas de atuação para órgãos do Poder Executivo (Secretaria Municipal de Educação e Secretaria de Desenvolvimento Urbano), incidindo em matéria de organização e funcionamento da administração pública e de definição de políticas educacionais, hipótese sujeita à iniciativa privativa do Chefe do Poder Executivo municipal, por simetria com o art. 61, §1º, da Constituição Federal. Tal vício é insanável e não pode ser convalidado por eventual sanção.

Assuntos de interesse local, e sobre a própria aplicação do currículo na rede municipal (art. 30, I e II da CF, combinado com os arts. 205 e seguintes) podem ser objeto de iniciativa parlamentar, contudo, quando projetos de leis interferem na organização e funcionamento dos órgãos da Administração (como a Secretaria de Educação), criam ou alteram atribuições de servidores (no caso, professores, gestores escolares etc.) ou geram novas despesas diretamente ligadas à prestação do serviço (formação, material didático, carga horária, etc.) a iniciativa é reservada ao Chefe do Poder Executivo (no Município, o Prefeito).

a) Do controle de constitucionalidade de forma (iniciativa e competência)

1. Competência municipal em matéria de educação e interesse local

A Constituição Federal assegura aos Municípios competência para legislar sobre assuntos de interesse local e para suplementar legislação federal e estadual no que couber. (art. 30, incisos I e II).

No campo da educação, a Carta de 1988 reconhece o direito de todos à educação (art. 205) e estabelece regime de colaboração entre União, Estados, Distrito Federal e Municípios

na organização de seus sistemas de ensino (art. 211), cabendo a estes últimos atuar prioritariamente na educação infantil e no ensino fundamental.

A proposição em análise versa sobre inclusão, no currículo das escolas da rede municipal, de conteúdos referentes ao Código de Posturas local, matéria inserida no âmbito da educação para a cidadania, para a convivência urbana e para a proteção do meio ambiente urbano, temas que se relacionam diretamente ao interesse predominantemente local e ao exercício da competência municipal acima delineada.

Todavia, como dito, no tocante à iniciativa do Projeto de Lei, a Constituição Federal prevê hipóteses em que a iniciativa legislativa é privativa do Chefe do Poder Executivo, notadamente quando se trata de organização administrativa, servidores públicos, criação de cargos, funções e empregos públicos, regime jurídico de pessoal e serviços públicos em geral (art. 61, § 1º, I e II).

Por força do princípio da simetria e da separação dos Poderes (art. 2º da CF/88), a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal consolidou o entendimento de que tais regras de reserva de iniciativa se estendem aos Estados e Municípios, no que couber, de modo que normas que disponham sobre organização e funcionamento da administração municipal, impondo atribuições e encargos a órgãos do Executivo, devem ser propostas pelo Chefe do Poder Executivo local. No caso concreto, a proposição é de autoria de Vereador, isto é, de membro do Poder Legislativo.

E, examinando-se o conteúdo dos arts. 1º a 4º, constata-se que o Projeto não se limita a estabelecer diretrizes gerais para atuação do sistema municipal de ensino, mas torna obrigatória a inclusão de conteúdos específicos no currículo das escolas da rede municipal, define a forma de abordagem pedagógica (lúdica e interdisciplinar, de modo transversal nas disciplinas já existentes), atribui tarefas concretas à Secretaria Municipal de Educação e à Secretaria de Desenvolvimento Urbano, como elaboração de materiais didáticos, capacitação de professores e promoção de campanhas educativas e ações complementares.

Assim, embora se trate de diretrizes de conteúdo pedagógico relacionadas à realidade municipal, tais comandos normativos interferem diretamente na organização e funcionamento da administração pública municipal, ao impor deveres e programas específicos a órgãos do Poder Executivo e na gestão da política educacional, especialmente quanto à definição de conteúdos curriculares, metodologia pedagógica e ações de formação continuada de docentes, temas habitualmente tratados no âmbito do Executivo, por intermédio da Secretaria de Educação e dos órgãos normativos do sistema municipal de ensino.

A jurisprudência constitucional tem reiteradamente reconhecido a inconstitucionalidade de leis de iniciativa parlamentar que criam programas ou atribuições específicas para órgãos do Executivo, ainda que sob a roupagem de diretrizes educacionais, por violação à reserva de iniciativa do Chefe do Poder Executivo e ao princípio da separação dos Poderes.

Assim, há vício de inconstitucionalidade formal subjetiva, uma vez que o Projeto de Lei cuida de matérias afetas à organização e funcionamento da administração municipal e à definição de políticas educacionais, as quais, por simetria com o art. 61, § 1º, da CF/88, são de iniciativa privativa do Chefe do Poder Executivo.

Ressalta-se que, ainda que a finalidade perseguida pela norma seja louvável, a forma de veiculação legislativa escolhida, PLO que impõe deveres concretos ao Executivo mostra-se incompatível com o modelo constitucional de processo legislativo.

2. Da constitucionalidade material e da legalidade

No plano material, o conteúdo do Projeto de Lei converge com diversos valores e objetivos constitucionais, tais como construção de uma sociedade livre, justa e solidária e a promoção do bem de todos (art. 3º, I e IV, CF/88); a cidadania como fundamento da República (art. 1º, II, CF/88); o direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, ao preparo para o exercício da cidadania e à qualificação para o trabalho (art. 205, CF/88); a proteção do meio ambiente ecologicamente equilibrado e o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações (art. 225, CF/88).

O incentivo, em âmbito escolar, ao conhecimento do Código de Posturas do Município, às normas de convivência urbana, ao uso adequado de espaços públicos, à limpeza urbana e aos direitos e deveres dos cidadãos, ajusta-se perfeitamente a esses objetivos constitucionais, contribuindo para a formação de consciência cidadã e para o respeito ao patrimônio público e ao espaço urbano.

O Projeto caminha em sintonia com as diretrizes gerais estabelecidas na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996), que admite a inclusão, nos currículos, de conteúdos voltados à formação ética, à cidadania, à preservação do meio ambiente e ao estudo da realidade local, cabendo aos sistemas de ensino complementar e detalhar tais conteúdos.

Desse modo, não se identificam vícios de constitucionalidade material ou de ilegalidade em relação ao conteúdo pedagógico proposto, que, em tese, pode ser legitimamente incorporado pelo sistema municipal de ensino, desde que mediante veículo normativo adequado e observada a autonomia pedagógica e administrativa dos órgãos do Executivo responsáveis pela educação.

Ademais, observa-se que o Projeto de Lei atribui às Secretarias Municipais de Educação e de Desenvolvimento Urbano a responsabilidade por elaborar materiais didáticos, capacitar professores e promover campanhas educativas e ações complementares (art. 3º). Tais comandos podem implicar incremento de despesas com produção de materiais, formação continuada de docentes e campanhas de comunicação, ainda que, em tese, possam ser absorvidos pelo orçamento já destinado às ações educativas e de conscientização urbana.

A Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal) exige, para o aumento de despesa obrigatória de caráter continuado ou para a criação de despesa relevante, a prévia estimativa do impacto orçamentário-financeiro e a indicação da fonte de custeio (arts. 16 e 17).

No presente caso, contudo, a proposta legislativa possui natureza predominantemente programática, não criando, de forma explícita, novos cargos, funções ou vantagens pecuniárias, tampouco instituindo programa orçamentário diretamente quantificável, o que dificulta aferir, em sede de controle abstrato, eventual afronta imediata à LRF.

De todo modo, caso a matéria venha a ser reapresentada pelo Chefe do Poder Executivo, recomenda-se que o projeto correspondente seja instruído com manifestação técnica das áreas de planejamento e finanças quanto à compatibilidade das ações previstas com o Plano Plurianual, a Lei de Diretrizes Orçamentárias e a Lei Orçamentária Anual, bem como, se for o caso, com a estimativa de impacto prevista na LRF.

Assim, ainda que se reconheça a necessidade de observância das regras de responsabilidade fiscal na implementação de políticas públicas dessa natureza, o principal vício identificado na proposição em análise é de índole formal (iniciativa), e não orçamentária-financeira.

Portanto, o Projeto de Lei 287/2025 (Autógrafo de Lei nº 3919/2025) está eivado de vício de inconstitucionalidade formal, por desrespeito às normas constitucionais que disciplinam a iniciativa legislativa e o processo de formação das leis, o que reforça, de maneira contundente, a necessidade de sua rejeição integral.

Ante os argumentos acima, entendo que o texto veiculado pelo Projeto de Lei nº 287/2025 (Autógrafo nº 3919/2025) padece de vício de inconstitucionalidade. Sendo assim, **decido pelo veto total** do mesmo, com fulcro nos arts. 35, § 2º da Lei Orgânica do Município de João Pessoa.

Oportunamente, restituo o processo legislativo a esse Egrégio Poder para reexame e deliberação de Vossas Excelências.

CÍCERO DE LUCENA FILHO  
Prefeito do Município de João Pessoa



VERIFICAÇÃO DAS  
ASSINATURAS



Código para verificação: BE08-EEE6-53AE-0DF5

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas

✓ CÍCERO DE LUCENA FILHO (CPF 142.XXX.XXX-53) em 17/12/2025 13:57:51 GMT-03:00  
Papel: Parte  
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://joaopessoa.1doc.com.br/verificacao/BE08-EEE6-53AE-0DF5>



**REESTRUTURA A COMISSÃO  
PERMANENTE DE AVALIAÇÃO E  
DESAPROPRIAÇÃO – COPAD, NO ÂMBITO  
DA SEPLAN, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

**CÍCERO DE LUCENA FILHO**  
Prefeito do Município de João Pessoa



Orgão / UO	DESCRIÇÃO	MODALIDADE*	FR**	VALOR (R\$1.000)
Classificação Funcional				
11000	SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA			
11101	SEINFRA - AÇÕES DE GOVERNO			
15.451.5099.111063	SISTEMA VIÁRIO	4.4.90	2.7.10	780.000,00
			SUBTOTAL	780.000,00
TOTAL GERAL				780.000,00
<hr/>				
*MODALIDADE DE APLICAÇÃO				
4.4.90 - APLICAÇÕES DIRETAS				
**FONTE DE RECURSO				
Transferência Especial dos Estados@				

Assinado por 3 pessoas: VERONICA DIAS VIEIRA, BRUNNO SITIONIO e CICERO DE LUCENA FILHO  
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://oia.assessoria.com.br/verificacao/5283-158E-B7BF-F00D> e informe o código 9283-158E-B7BF-F00D



VERIFICAÇÃO DAS  
ASSINATURAS



Código para verificação: 9283-158E-B7BF-F00D

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

- ✓

VERONICA DIAS VIEIRA (CPF 526.XXX.XXX-72) em 16/12/2025 12:43:46 GMT-03:00  
Papel: Parte  
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)
- ✓

BRUNNO SITONIO (CPF 029.XXX.XXX-83) em 16/12/2025 14:30:58 GMT-03:00  
Papel: Parte  
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)
- ✓

CÍCERO DE LUCENA FILHO (CPF 142.XXX.XXX-53) em 17/12/2025 13:56:18 GMT-03:00  
Papel: Parte  
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://joapessoa.1doc.com.br/verificacao/9283-158E-B7BF-F00D>

DECRETO N° 11.195, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2025

ABRE CRÉDITO ESPECIAL NO VIGENTE  
ORÇAMENTO NA SEDURB AUTORIZADO  
PELA LEI N° 15.742/2025.

O **Prefeito do Município de João Pessoa, Estado da Paraíba**, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V, do artigo 60 e a alínea c, inciso I, do artigo 76, da Lei Orgânica do Município, e autorizado pelos artigos 1º ao 5º, da Lei nº 15.742, de 16 de dezembro de 2025.

DECRETA:

**Art. 1º** Abre Crédito Especial para inclusão de nova Fonte de Recurso na Estrutura Orçamentária da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano no valor de R\$ 590.000,00 (quinhentos e noventa mil reais), conforme anexo I (Acréscimo)

**Art. 2º** O recurso necessário à abertura do Crédito Especial de que trata o artigo anterior, correrá por conta do Excesso de Arrecadação, de acordo com o artigo 43, § 1º, inciso II, da Lei Federal nº 4.320/64, conforme discriminação a seguir:

**EXCESSO DE ARRECADAÇÃO:**  
 **FONTE 1.501 : OUTROS RECURSOS NÃO VINCULADOS.....R\$ 590.000,00**  
**CÓDIGO DA RECEITA: 1.1.2.1.01.0.1 -TAXAS DE INSPEÇÃO, CONTROLE E FISCALI-  
ZAÇÃO-PRINCIPAL**

**Art. 3º** A nova Fonte de Recurso referenciada no artigo 1º, será alocada na programação constante do Plano Plurianual e da Lei Orçamentária Anual, relativa ao exercício financeiro de 2025.

**Art. 4º** Este Decreto de abertura Crédito Especial entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA, em 17 de dezembro de 2025.

CÍCERO DE LUCENA FILHO  
Prefeito

VERONICA DIAS VIEIRA  
Secretária Executiva de Programação Orçamentária

BRUNNO SITÔNIO FIALHO DE OLIVEIRA  
Secretário das Finanças

Anexo I  
Acréscimo

Ano Base: 2025

Órgão / UO	DESCRIÇÃO	MODALIDADE*	FR**	VALOR (R\$1,00)
Classificação Funcional				
09000	SEC. MUNIC. DO DESENVOLVIMENTO URBANO			
09101	SEDURB - AÇÕES DE GOVERNO			
04.122.5001.092041	MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS	3.3.90	1.5.01	590.000,00
SUBTOTAL				590.000,00
TOTAL GERAL				590.000,00
*MODALIDADE DE APLICAÇÃO				
3.3.90 - APLICAÇÕES DIRETAS				
**FONTE DE RECURSO				
Outros Recursos não Vinculados				

DECRETO N° 11.196, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2025

REALOCA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS EM DIVERSOS ÓRGÃOS DA PMJP ATRAVÉS DOS INSTRUMENTOS DA TRANSPOSIÇÃO, DO REMANEJAMENTO E DA TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DE UMA CATEGORIA DE PROGRAMAÇÃO PARA OUTRA OU DE UM ÓRGÃO PARA OUTRO, NO VIGENTE ORÇAMENTO, EM OBSERVÂNCIA AO INCISO VI, DO ARTIGO 167, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, AUTORIZADO PELA LEI MUNICIPAL Nº 15.743/2025.

O **Prefeito do Município de João Pessoa, Estado da Paraíba**, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V, do artigo 60, da Lei Orgânica do Município, e de acordo com os artigos 1º ao 5º, da Lei Municipal nº 15.743, de 16 de dezembro de 2025,

DECRETA:

**Art. 1º** Realoca Dotações Orçamentárias em Vários Órgãos integrantes do Poder Executivo Municipal no valor global de R\$ 8.433.597,03 (oito milhões, quatrocentos e trinta e três mil e quinhentos e noventa e sete reais e três centavos) por Transposição, Remanejamento e Transferência de Recursos de uma Categoria de Programação para Outra ou de um Órgão para Outro, para reforço de dotações orçamentárias na forma discriminada no anexo I (Acréscimo).

**Art. 2º** As despesas com o Crédito Orçamentário aberto pelo artigo anterior, correrão por conta de dotações orçamentárias a serem estornadas e os Programas e as Despesas para as quais serão transferidos, remanejados e/ou transpostos os valores daquelas dotações, conforme anexo II (Redução).

**Art. 3º** Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 4º** Revogam-se as disposições em contrário.

PAÇO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA, em 17 de dezembro de 2025

CÍCERO DE LUCENA FILHO  
Prefeito

VERONICA DIAS VIEIRA  
Secretária Executiva de Programação Orçamentária

BRUNNO SITÔNIO FIALHO DE OLIVEIRA  
Secretário das Finanças

Anexo I

Acréscimo

Ano Base: 2025

Órgão / UO	DESCRIÇÃO	MODALIDADE*	FR**	VALOR (R\$1,00)
Classificação Funcional				
10000	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA			
10201	FUNDAÇÃO CULTURAL DE JOÃO PESSOA - FUNJOPE			
13.392.5269.412435	PROJETOS ESPECIAIS DE ARTE, CULTURA, IDENTIDADE E DIVERSIDADE CULTURAL - FUNJOP	3.3.90	1.5.00	50.000,00
SUBTOTAL				50.000,00
11000	SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA			
11101	SEINFRA - AÇÕES DE GOVERNO			
15.452.5099.111050	CONSTRUÇÃO, REFORMA, AMPLIAÇÃO, REVITALIZAÇÃO E RECUPERAÇÃO DE PRAÇAS, CALÇADAS, CALÇADÕES	4.4.90	1.7.59	5.244.072,73
SUBTOTAL				5.244.072,73
22000	GABINETE DE COMUNICACAO SOCIAL			
22101	SECOM - AÇÕES DE GOVERNO			
24.131.5123.222225	DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO GOVERNO	3.3.90	1.5.00	250.000,00
SUBTOTAL				250.000,00
71000	SECRETARIA DE GESTÃO GOVERNAMENTAL			
71201	SUPERINTENDÊNCIA DE LIMPEZA URBANA			
15.452.5126.582179	MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS OPERACIONAIS - EMLUR	3.3.90	1.5.00	2.811.934,30
SUBTOTAL				2.811.934,30
28.846.7001.587002	EXECUÇÃO DE SENTENÇAS JUDICIAIS - EMLUR	3.3.90	1.5.00	50.000,00
SUBTOTAL				2.861.934,30
71202	SUPERINTENDÊNCIA EXECUTIVA DE MOBILIDADE URBANA DE JOÃO PESSOA			
26.782.5020.592053	CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	3.3.90	1.5.00	7.590,00
02.846.5049.597002	EXECUÇÃO DE SENTENÇAS JUDICIAIS - SEMOB	3.3.90	1.7.52	20.000,00
SUBTOTAL				27.590,00
TOTAL GERAL				8.433.597,03
*MODALIDADE DE APLICAÇÃO				
3.3.90 - APLICAÇÕES DIRETAS				
4.4.90 - APLICAÇÕES DIRETAS				
**FONTE DE RECURSO				
Recursos não vinculados de Impostos				
Recursos Vinculados a Fundos				
Recursos Vinculados ao Trânsito				

Assinado por 3 pessoas: VERONICA DIAS VIEIRA, BRUNNO SITONIO e CÍCERO DE LUCENA FILHO  
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://joapessoa.1doc.com.br/verificacao/2517-903A-9E42-3914> e informe o código 2517-903A-9E42-3914

Assinado por 3 pessoas: VERONICA DIAS VIEIRA, BRUNNO SITONIO e CÍCERO DE LUCENA FILHO  
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://joapessoa.1doc.com.br/verificacao/2517-903A-9E42-3914> e informe o código 2517-903A-9E42-3914



Anexo II		Ano Base: 2025		
Redução				
Órgão / UO	DESCRIÇÃO	MODALIDADE*	FR**	VALOR (R\$1,00)
Classificação Funcional				
08000	SECRETARIA DE PLANEJAMENTO			
08301	FUNDURB			
15.451.5373.401473	EXECUÇÃO DE OBRAS DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA E DE DRENAGEM	3.3.90	1.7.59	500.000,00
		4.4.90	1.7.59	500.000,00
15.451.5373.401474	EXECUÇÃO DE OBRAS PARA CONSTRUÇÃO DE PONTES	3.3.90	1.7.59	500.000,00
		4.4.90	1.7.59	500.000,00
15.451.5373.581475	EXECUÇÃO DE OBRAS PARA IMPLANTAÇÃO DE UNIDADES HABITACIONAIS EM ÁREAS DE ZEIS - FUNDURB	3.3.90	1.7.59	1.000.000,00
		4.4.90	1.7.59	1.000.000,00
15.451.5373.582739	APOIO FINANCEIRO AS AÇÕES DA POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO URBANO - FUNDURB	4.4.90	1.7.59	1.244.072,73
		SUBTOTAL		5.244.072,73
12000	SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO-AMBIENTE			
12101	SEMAM - AÇÕES DE GOVERNO			
18.122.5001.122535	MANUTENÇÃO E MODERNIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO DA SEMAM	4.4.90	1.5.00	50.000,00
18.541.5294.122539	DIAGNÓSTICO, TRATAMENTO FITOSSANITÁRIO E CULTURAIS (PODAS) DE ÁRVORES URBANAS	3.3.90	1.5.00	49.000,00
18.541.5294.122573	CAMPANHAS DE CONSCIENTIZAÇÃO AMBIENTAL	3.3.90	1.5.00	50.000,00
18.541.5294.122691	IMPLANTAÇÃO E MANUTENÇÃO DO SISTEMA MUNICIPAL DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO - UCS E PARQUES	3.3.90	1.5.00	101.000,00
		SUBTOTAL		250.000,00
71000	SECRETARIA DE GESTÃO GOVERNAMENTAL			
71201	SUPERINTENDÊNCIA DE LIMPEZA URBANA			
04.128.5001.582010	QUALIFICAÇÃO E CAPACITAÇÃO DOS SERVIDORES - EMLUR	3.3.90	1.5.00	150,00
04.122.5001.582011	MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE BENS IMOVEIS - EMLUR	3.3.90	1.5.00	8.000,00

Anexo II			Ano Base: 2025	
Redução				
Órgão / UO	DESCRIÇÃO	MODALIDADE*	FR**	VALOR (R\$1,00)
Classificação Funcional				
71000	SECRETARIA DE GESTÃO GOVERNAMENTAL			
71201	SUPERINTENDÊNCIA DE LIMPEZA URBANA			
04.122.5001.582012	ADMINISTRAÇÃO E MANUTENÇÃO DA FROTA DE VEÍCULOS - EMLUR	3.3.90	1.5.00	1.175.000,00
04.122.5001.582041	MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS - EMLUR	3.3.90	1.5.00	617.520,30
04.846.5001.582101	ENCARGOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES - EMLUR	3.3.90	1.5.00	800.000,00
04.126.5001.582108	EXPANSÃO E A MODERNIZAÇÃO DAS AÇÕES DE INFORMÁTICA - EMLUR	3.3.90	1.5.00	100.000,00
15.452.5126.582177	EDUCAÇÃO AMBIENTAL E VALORIZAÇÃO DOS RESÍDUOS SÓLIDOS	3.3.90	1.5.00	2.000,00
04.122.5001.582391	ASSESSORAMENTO SUPERIOR - EMLUR	3.3.90	1.5.00	55.600,00
14.422.5556.584355	ESTAGIÁRIOS - EMLUR	3.3.90	1.5.00	101.664,00
28.846.7001.587005	ENCARGOS COM INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES - EMLUR	3.3.90	1.5.00	2.000,00
			SUBTOTAL	2.861.934,30
71202	SUPERINTENDÊNCIA EXECUTIVA DE MOBILIDADE URBANA DE JOÃO PESSOA			
26.782.5020.592049	MONITORAMENTO, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE DO TRÁFEGO URBANO	4.4.90	1.7.52	20.000,00
04.122.5001.592587	MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE PESSOAL - SEMOB	3.1.90	1.5.00	7.590,00
			SUBTOTAL	27.590,00
72000	SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA			
72101	SEDHUC - AÇÕES DE GOVERNO			
08.244.5585.724425	PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE MEDIA E DE ALTA COMPLEXIDADE (CREAS, CENTRO-POP, CASA DE ACOLHIMENTO)	3.3.90	1.5.00	50.000,00
			SUBTOTAL	50.000,00
TOTAL GERAL				8.433.597,03

Anexo II		Ano Base: 2025		
Redução				
**MODALIDADE DE APLICAÇÃO				
3.1.90 - APLICAÇÕES DIRETAS				
3.3.90 - APLICAÇÕES DIRETAS				
4.4.90 - APLICAÇÕES DIRETAS				
**FONTE DE RECURSO				
Recursos não vinculados de Impostos				
Recursos Vinculados a Fundos				
Recursos Vinculados ao Trânsito				

DECRETO N° 11.197, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2025

REALOCA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS NA SEDEC ATRAVÉS DO INSTRUMENTO DA TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DE UMA CATEGORIA DE PROGRAMAÇÃO PARA OUTRA NO VIGENTE ORÇAMENTO, EM OBSERVÂNCIA AO INCISO VI, DO ARTIGO 167, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, AUTORIZADO PELA LEI MUNICIPAL Nº 15.744/2025.

O Prefeito do Município de João Pessoa, Estado da Paraíba, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V, do artigo 60, da Lei Orgânica do Município, e de acordo com os artigos 1º ao 5º, da Lei Municipal nº 15.744, de 16 de dezembro de 2025,

DECRETA :

Art. 1º Realoca Dotações Orçamentárias na Secretaria Municipal de Educação e Cultura no valor de R\$ 5.941.490,38 (cinco milhões, novecentos e quarenta e um mil, quatrocentos e noventa reais e trinta e oito centavos), por Transferência de Recursos de uma Categoria de Programação para Outra na forma discriminada no anexo I (Acréscimo).

Art. 2º As despesas com o Crédito Orçamentário aberto pelo artigo anterior, correrão por conta de dotações orçamentárias a serem estornadas e os Programas e as Despesas para as quais serão transferidos os valores daquelas dotações, conforme anexo II (Redução).

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

PAÇO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA, em 17 de dezembro de 2025

CÍCERO DE LUCENA FILHO  
Prefeito

VERONICA DIAS VIEIRA  
Secretária Executiva de Programação Orçamentária

BRUNNO SITÔNIO FIALHO DE OLIVEIRA  
Secretário das Finanças

Anexo I				Ano Base: 2025
Acréscimo				
Órgão / UO	DESCRIÇÃO	MODALIDADE*	FR**	VALOR (R\$1,00)
Classificação Funcional				
10000	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA			
10101	SEDEC - AÇÕES DE GOVERNO			
12.365.5417.102682	GESTÃO E MODERNIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL	4.4.90	1.5.00	3.296.185,95
12.361.5417.102862	JP EDUCA MAIS TECEDU 4.0 - ENSINO FUNDAMENTAL	3.3.90	1.5.00	2.645.304,43
SUBTOTAL				5.941.490,38
TOTAL GERAL				5.941.490,38
*MODALIDADE DE APLICAÇÃO				
3.3.90 - APLICAÇÕES DIRETAS				
4.4.90 - APLICAÇÕES DIRETAS				
**FONTE DE RECURSO				
Recursos não vinculados de Impostos				

Anexo II		Ano Base: 2025		
Órgão / UO	Redução	DESCRÇÃO	MODALIDADE*	FR** VALOR (R\$1,00)
Classificação Funcional				
10000		SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA		
10101		SEDEC - AÇÕES DE GOVERNO		
12.361.5417.102496		PROGRAMA MUNICIPAL DE DINHEIRO DIRETO NA ESCOLA	3.3.50	1.5.00 900.000,00
12.365.5417.102682		GESTÃO E MODERNIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL	3.3.50	1.5.00 2.157.862,00
12.365.5417.102683		GESTÃO E MODERNIAÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL - PRÉ ESCOLA	3.3.50	1.5.00 500.000,00
12.366.5417.102684		GESTÃO E MODERNIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS - EJA	3.1.91	1.5.00 10.000,00
12.367.5417.102685		GESTÃO E MODERNIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL	3.3.50	1.5.00 550.000,00
12.122.5417.102785		MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS DA SEDEC	3.1.91	1.5.00 1.768.628,38
			3.3.50	1.5.00 50.000,00
13.122.5445.102981		FUNCIONAMENTO E MANUTENÇÃO DO COMPLEXO ESTAÇÃO CIÊNCIA, CULTURA E ARTES (ECCA) E ESTAÇÃO DAS ARTES.	3.3.50	1.5.00 5.000,00
SUBTOTAL				5.941.490,38
TOTAL GERAL				5.941.490,38
*MODALIDADE DE APLICAÇÃO				
3.1.91 - APLICAÇÃO DIRETA DEC. DE OPER. ENTRE ÓRGÃOS, FUNDOS E ENTID. INTEGRANTES DOS ORÇ. FISCAL E				
3.3.50 - TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS S/FINS LUCRATIVOS				
**FONTE DE RECURSO				
Recursos não vinculados de Impostos				

Assinado por 3 pessoas: VERONICA DIAS VIEIRA, BRUNNO SITONIO e CÍCERO DE LUCENA FILHO  
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://joapessoa.1doc.com.br/verificacao/2517-903A-9E42-3914>



DECRETO N° 11.198, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2025

REALOCA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS NA SETUR E FUNJOPE ATRAVÉS DO INSTRUMENTO DO REMANEJAMENTO NO VIGENTE ORÇAMENTO, EM OBSERVÂNCIA AO INCISO VI, DO ARTIGO 167, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, AUTORIZADO PELA LEI MUNICIPAL N° 15.745/2025.

O Prefeito do Município de João Pessoa, Estado da Paraíba, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V, do artigo 60, da Lei Orgânica do Município, e de acordo com os artigos 1º ao 5º, da Lei Municipal nº 15.745, de 16 de dezembro de 2025,

DECRETA:

Art. 1º Realoca Dotações Orçamentárias na Secretaria Municipal de Educação e Cultura/Fundação Cultural de João Pessoa-FUNJOPE e na Secretaria Municipal de Turismo no valor global de R\$ 2.200.000,00 (dois milhões e duzentos mil reais), por Remanejamento na forma discriminada no anexo I (Acréscimo).

Art. 2º As despesas com o Crédito Orçamentário aberto pelo artigo anterior, correrão por conta de anulação de dotações orçamentárias a serem estornadas e os Programas e Despesas para as quais serão remanejados os valores daquelas dotações, conforme anexo II (Redução).

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

PAÇO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA, em 17 de dezembro de 2025

CÍCERO DE LUCENA FILHO  
Prefeito

VERONICA DIAS VIEIRA  
Secretária Executiva de Programação Orçamentária

BRUNNO SITÔNIO FIALHO DE OLIVEIRA  
Secretário das Finanças



Anexo I		Ano Base: 2025		
Órgão / UO	Acréscimo	DESCRÇÃO	MODALIDADE*	FR** VALOR (R\$1,00)
Classificação Funcional				
10000		SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA		
10201		FUNDAÇÃO CULTURAL DE JOÃO PESSOA - FUNJOPE		
13.392.5269.412435		PROJETOS ESPECIAIS DE ARTE, CULTURA, IDENTIDADE E DIVERSIDADE CULTURAL - FUNJOP	3.3.90	1.5.00 2.100.000,00
SUBTOTAL				2.100.000,00
15000		SECRETARIA DE TURISMO		
15101		SETUR - AÇÕES DE GOVERNO		
04.695.5001.154066		REMUNERAÇÃO DO PESSOAL ATIVO DA SETUR	3.1.90	1.5.00 100.000,00
SUBTOTAL				100.000,00
TOTAL GERAL				2.200.000,00
*MODALIDADE DE APLICAÇÃO				
3.1.90 - APLICAÇÕES DIRETAS				
3.3.90 - APLICAÇÕES DIRETAS				
**FONTE DE RECURSO				
Recursos não vinculados de Impostos				

Assinado por 3 pessoas: VERONICA DIAS VIEIRA, BRUNNO SITONIO e CÍCERO DE LUCENA FILHO  
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://joapessoa.1doc.com.br/verificacao/2517-903A-9E42-3914>



Anexo II		Ano Base: 2025		
Órgão / UO	Redução	DESCRÇÃO	MODALIDADE*	FR** VALOR (R\$1,00)
Classificação Funcional				
10000		SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA		
10101		SEDEC - AÇÕES DE GOVERNO		
12.361.5417.102498		GESTÃO E MODERNIZAÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL	3.3.90	1.5.00 100.000,00
SUBTOTAL				100.000,00
26000		SECRETARIA DA RECEITA MUNICIPAL		
26101		SEREM - AÇÕES DE GOVERNO		
04.129.5001.262514		REMUNERAÇÃO DO PESSOAL ATIVO DA SECRETARIA DA RECEITA MUNICIPAL	3.1.90	1.5.00 100.000,00
SUBTOTAL				100.000,00
71000		SECRETARIA DE GESTÃO GOVERNAMENTAL		
71101		SEGGOV - AÇÕES DE GOVERNO		
15.451.7026.087101		MELHORIA DA MOBILIDADE E ACESSIBILIDADE NA ÁREA CENTRAL DE JOÃO PESSOA	4.4.90	1.5.00 700.000,00
15.451.7026.087102		REESTRUTURAÇÃO DO SERVIÇO DE TRANSPORTE PÚBLICO	4.4.90	1.5.00 1.300.000,00
SUBTOTAL				2.000.000,00
TOTAL GERAL				2.200.000,00
*MODALIDADE DE APLICAÇÃO				
3.1.90 - APLICAÇÕES DIRETAS				
3.3.90 - APLICAÇÕES DIRETAS				
4.4.90 - APLICAÇÕES DIRETAS				
**FONTE DE RECURSO				
Recursos não vinculados de Impostos				

Assinado por 3 pessoas: VERONICA DIAS VIEIRA, BRUNNO SITONIO e CÍCERO DE LUCENA FILHO  
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://joapessoa.1doc.com.br/verificacao/2517-903A-9E42-3914>



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 2517-903A-9E42-3914

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

- ✓

VERONICA DIAS VIEIRA (CPF 526.XXX.XXX-72) em 17/12/2025 11:16:25 GMT-03:00  
Papel: Parte  
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)
- ✓

BRUNNO SITONIO (CPF 029.XXX.XXX-83) em 17/12/2025 11:23:55 GMT-03:00  
Papel: Parte  
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)
- ✓

CÍCERO DE LUCENA FILHO (CPF 142.XXX.XXX-53) em 17/12/2025 13:57:10 GMT-03:00  
Papel: Parte  
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://joapessoa.1doc.com.br/verificacao/2517-903A-9E42-3914>



PORTARIA Nº. 4189

Em, 16 de dezembro de 2025

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA, (PB) no uso das atribuições previstas no art. 60, V, combinado com o art. 76, II, da Lei Orgânica para o Município de João Pessoa e de acordo com a Lei Municipal nº 2.380 de 26 de março de 1979, e tendo em vista o que consta do PAD nº 76/2025/COPAD-SEAD.

**RESOLVE:**

I – Demitir, de acordo com os artigos 229, inciso V, e 236, inciso II, (abandono de cargo) §1º, da Lei nº 2.380, de 26 de março de 1979, (Estatuto dos Funcionários Públicos do Município de João Pessoa), CAMILA BRAGA FERREIRA DE FRANÇA, matrícula nº 78.036-7, ocupante do cargo de SANITARISTA, lotada na SECRETARIA DE SAÚDE.

II – Esta portaria entra em vigor a partir desta data.

CÍCERO DE LUCENA FILHO  
Prefeito



VERIFICAÇÃO DAS  
ASSINATURAS



Código para verificação: 4C20-E733-7D1D-65EC

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

✓ CÍCERO DE LUCENA FILHO (CPF 142.XXX.XXX-53) em 17/12/2025 13:53:16 GMT-03:00  
Papel: Parte  
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://joaopessoa.1doc.com.br/verificacao/4C20-E733-7D1D-65EC>



**Prefeitura  
Municipal de  
João Pessoa**

**Violência Sexual (Urgência)**  
**3015.1500**  
(Instituto Cândida Vargus)

**LIGUE  
180**

**SEPPM**  
SECRETARIA EXTRAORDINÁRIA  
DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA  
AS MULHERES

**Violência Doméstica**  
**0800 283.3883**  
(Centro de Referência da Mulher Ednalva Bezerra)

**CIDADE COM  
SOM ALTO,  
EDUCAÇÃO  
LÁ EMBAIXO.**

**SEJA SEMPRE EDUCADO.**

Em casa, na rua, na praia, no trânsito,  
no barzinho ou em qualquer lugar,  
poluição sonora não é legal.  
Ela prejudica a nossa saúde,  
o meio ambiente e é crime.

**SE PRECISAR, DENUNCIE.**  
**3218-9208**





**RESPEITE**

**A FAIXA.**

**RESPEITE  
A VIDA.**

**No trânsito, o pedestre  
é prioridade**